

E – 6 VISTO DE ESTADA TEMPORÁRIA PARA ESTADAS SUPERIORES A 3 MESES; FREQUÊNCIA DE PROGRAMAS DE ESTUDO EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO, INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES, ESTÁGIO PROFISSIONAL NÃO REMUNERADO OU VOLUNTARIADO, E NO CUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS, EM SEDE DE LIBERDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nome e Apelido do requerente:		
Endereço de correio eletrónico (Email): Contacto telefónico direto:		
Motivo da deslocação a Portugal:		
REQUISITOS GERAIS		
	SIM	EM FALTA
Formulário de pedido de visto nacional preenchido na íntegra e assinado pelo requerente (no caso de menores, pelo representante legal);	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 Fotografias iguais, tipo passe, atualizadas e em boas condições de identificação do requerente (1 colada no formulário).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Passaporte ou outro documento de viagem, com validade superior em pelo menos três meses à duração da estada prevista. Fotocópia da página biográfica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comprovativo da situação regular caso seja de outra nacionalidade que não a do país onde solicita visto, com validade superior à data do término do visto que solicita.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seguro de viagem válido , que permita cobrir as despesas necessárias por razões médicas, incluindo assistência médica urgente e eventual repatriamento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Certificado de registo criminal emitido pela autoridade competente do país de nacionalidade do requerente ou do país em que resida há mais de um ano (<i>não aplicável a menores de 16 anos</i>), com Apostila de Haia (se aplicável) ou legalizado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Requerimento para consulta do registo criminal português pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (<i>não aplicável a menores de 16 anos</i>).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cópia de reserva de título de transporte de regresso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comprovativo de meios de subsistência.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DOCUMENTO ESPECÍFICO		
• Comprovativo da situação de excecionalidade; ou ,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<p>Para frequência de um programa de estudo de duração igual ou inferior a um ano em estabelecimento de ensino, ou no âmbito de intercâmbio de estudantes com a mesma duração:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documento emitido pelo estabelecimento de ensino, comprovativo da aceitação da matrícula; e, • <i>Declaração comprovativa de acolhimento por família; ou,</i> • <i>Comprovativo de alojamento.</i> 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>Para estágio profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documento emitido por empresa ou organismo de formação profissional oficialmente reconhecido atestando a admissão no estágio, no respetivo programa, e se necessário, contrato de formação e calendarização do programa; <p>A prova de meios de subsistência pode ser efetuada através de apresentação de termo de responsabilidade pela entidade de acolhimento do estágio [com assinatura reconhecida].</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>Para voluntariado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documento emitido pela organização responsável pelo programa de voluntariado oficialmente reconhecida, que ateste a admissão; <p>A prova de meios de subsistência pode ser efetuada através de apresentação de termo de responsabilidade, pela organização responsável por programas de voluntariado [com assinatura reconhecida].</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<p>No âmbito de compromissos internacionais ao nível da liberdade de prestação de serviços será necessário a apresentação dos seguintes documentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contrato de prestação de serviços celebrado entre o cidadão estrangeiro e o consumidor final; • Certificado de posse das habilitações técnicas requeridas para a prestação do serviço em causa. 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
DOCUMENTAÇÃO ADICIONAL PARA MENORES DE IDADE		
<ul style="list-style-type: none"> • Menores que não viajem com ambos os progenitores ou viajem com uma terceira pessoa: deve ser apresentada uma autorização de viagem do progenitor com quem não viaja ou de ambos, com assinatura reconhecida, devidamente legalizada, ou uma decisão tribunal (quando aplicável) a autorizar o menor viajar e permanecer em Portugal durante o período previsto de acordo com o motivo da estada. 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<ul style="list-style-type: none"> • Fotocópia do Bilhete de Identidade dos progenitores. 	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
VISTO DE ESTADA TEMPORÁRIA – ACORDO DE MOBILIDADE DA CPLP		
<p>Os cidadãos da CPLP são dispensados da apresentação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seguro; • Meios de subsistência; e, • Título de transporte de regresso. <p>mediante a apresentação de termo de responsabilidade nos seguintes termos:</p>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<p>a) Apresentação de termo de responsabilidade, com assinatura reconhecida, subscrito pela entidade de acolhimento de estagiários ou trabalhadores, bem como pela organização responsável por programas de intercâmbio de estudantes ou de voluntariado; ou,</p> <p>b) Apresentação de termo de responsabilidade, com assinatura reconhecida, subscrito por cidadão português ou cidadão estrangeiro habilitado, com documento de residência em Portugal, que garanta a alimentação e alojamento ao requerente do visto, bem como a reposição dos custos de afastamento, em caso de permanência irregular.</p>		
--	--	--

Notas:

- A não apresentação de todos os documentos necessários poderá implicar o indeferimento do pedido de visto.
- O Posto Consular reserva-se o direito de solicitar outros documentos que não os acima mencionados sempre que achar conveniente.
- O fato de serem apresentados todos os documentos necessários ao processo, não implica a concessão automática do visto. A recusa do pedido de visto não dá direito ao reembolso dos emolumentos.
- Consulte a legislação em vigor em <https://vistos.mne.gov.pt/pt/vistos-nacionais/legislacao-nacional>
- Meios de subsistência - Portaria nº 1563 /2007, de 6 de dezembro.